

ADOECIMENTO E MEDICALIZAÇÃO DE PROFESSORES DO NOROESTE FLUMINENSE ANTES E DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Thalles Azevedo Ladeira¹

Paulo Afonso do Prado²

Fernanda Insfran³

Introdução

Em 2020 a humanidade foi surpreendida com o advento de uma pandemia que atravessou a realidade de todos os países do mundo. Na conjuntura da pandemia de Covid-19, o Brasil se tornou o terceiro país com mais casos de mortes em uma esfera mundial. Ficando abaixo dos Estados Unidos e da Índia. Talvez fosse o primeiro se não houvesse a realidade da subnotificação de casos desde o início da pandemia.

E, além do abalo de famílias inteiras enlutadas enterrando seus mortos, que mesmo não tratados como tal, são seres humanos, vimos 12,8 milhões de trabalhadores perdendo seus vínculos empregatícios, entre fevereiro e abril, segundo dados do IBGE (ROUBICEK, 2020), que passaram a conviver com inúmeras formas de morte, sobretudo de sua dignidade.

Em termos educacionais, nossos professores foram compelidos a se reinventarem, naquilo que vem sendo chamado de trabalho remoto, no qual os conteúdos escolares passam a ser adaptados via ferramentas digitais e encaminhados aos alunos, um verdadeiro delivery de conhecimento, com conteúdos que mais nos

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), thalles-ladeira@hotmail.com

² Universidade Federal Fluminense (UFF), pa.paete@gmail.com

³ Universidade Federal Fluminense (UFF), fernanda_insfran@id.uff.br

remetem a um telegrama de informações, pelo seu aspecto aligeirado e propedêutico.

Portanto, a conjuntura de educação remota em tempos de pandemia se tornou um verdadeiro palco para investigação, sobretudo quando levamos em conta a realidade de professores ao redor do Brasil que passam a substituir a lousa em sala de aula por um computador ou celular, para ministrar as suas aulas, bem no estilo “vamos tocar a vida” conforme declaração dada pelo Presidente da República (RODRIGUES; CASTILHOS, 2020).

Assim, visto que esse processo de substituição do modelo presencial pelo remoto “a toque de caixa” tem gerado muita sobrecarga e sofrimento psíquico nos docentes, nos interessou apresentar aqui dados coletados em duas pesquisas onde abordamos os processos de adoecimento e medicalização de professores, uma realizada antes e outra durante a pandemia de COVID-19.

A primeira, resultado de uma dissertação de mestrado, foi realizada no ano de 2019 (entre os meses de outubro e novembro) com 31 professores de escolas estaduais do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. O foco do estudo estava na relação entre a produção de mais-valia e o expressivo número de professores adoecidos e medicalizados, especialmente na região do Estado que apresenta o menor IDH e que sofre com o distanciamento geográfico frente a aplicação das políticas públicas praticadas pelo governo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um formulário online (Google formulário) respondido pelos participantes.

A segunda pesquisa foi desenvolvida após o início da pandemia, entre os meses de abril e maio de 2020, com 1906 professores de todo o Brasil, por meio da mesma plataforma de formulários online. A ideia foi investigar as relações de trabalho dos professores no ensino remoto ao redor do país, colher experiências, analisar o reflexo de tais mudanças sobre a aprendizagem discente, bem como sobre a prática, o estado físico e emocional dos professores.

Diante dos motivos expostos até aqui e para permitir uma análise comparativa entre as duas pesquisas (2019 e 2020), decidimos realizar um recorte para a realidade do Noroeste Fluminense, que se tornou ainda mais significativo, afinal, muitas são as intersecções encontradas nesta amostra de tais indicadores. Dessa forma, tivemos como participantes da segunda pesquisa um total de 87 professores, que lecionam para a educação básica pública em um (ou mais) municípios desta região.

Ambas as pesquisas foram realizadas por meio do método comparativo (FACHIN, 2001) que permite investigar fatos e/ou fenômenos distintos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Nos baseamos também em uma metodologia de caráter exploratório-descritivo por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), amparado em um estudo de caráter quantitativo e qualitativo de análise dos dados.

Professores em sofrimento: medicalização e adoecimento em questão

Compreendemos que muitas são as causas de desencadeamento do adoecimento do professor. Soares e Martins (2017), apontam que a relação de não equivalência entre salário recebido e trabalho realizado é um dos grandes motivos de frustração entre docentes. Considera-se também a crescente violência no ambiente escolar, somada ao desrespeito e a falta de interesse dos alunos, como fatores de sofrimento psíquico entre os professores.

A esse respeito, consideramos que a violência em contexto escolar, pode atingir os professores de diferentes maneiras, desumanizando-os e negando condições de trabalho dignas e respeitosas. Nesse sentido, cabe evidenciar, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o Brasil é o país número um no mundo em termos de violência contra o professor (FERNANDES, 2014; TENENTE; FAJARDO, 2017).

A precária infraestrutura física, pedagógica e política da educação e até mesmo, a competitividade entre os docentes também são grandes motivadores do seu adoecimento; que em termos ocupacionais, é fruto de objetivações materiais que modificam as estruturas psíquicas, cognitivas, emocionais e fisiológicas do ser humano, fazendo parte de uma estrutura histórica de sociedade caracterizada pela disputa de poder via luta de classes. Logo, uma discussão a respeito do adoecimento docente, conforme estamos desenvolvendo aqui, deve fundamentalmente considerar o contexto sociopolítico em que os professores estão inseridos, e, descolar o adoecimento docente deste contexto é subvalorizar a interação entre o homem e as determinações sociais que o constituem.

Todo o ambiente de precarização do trabalho no qual os professores, de modo geral, estão subsumidos, promove uma escala de adoecimentos psicossomáticos, a saber: depressão, crise de ansiedade, fobias, síndrome do pânico, síndrome de Burnout, problemas na pressão arterial, dores na coluna, problemas respiratórios, distúrbios vocais, artrite, artrose, distúrbios de sono, dentre muitas outras doenças que podem vir a desencadear até mesmo inclinações ao suicídio. No Brasil ocorrem pelo menos 12 mil casos de suicídios anualmente (32 mortos por dia). Somos o segundo país com maior índice entre a população jovem na faixa etária dos 15 aos 29 anos (ESQUERDA DIÁRIO, 2019).

Fica claro para nós que o trabalho “nunca é neutro em relação à saúde, e favorece seja a doença seja a saúde” (DEJOURS, 1992, p.164). Se pelo trabalho o homem é capaz de se realizar, se humanizar e se emancipar, é também por intermédio dele que adoece, se avilta e se aliena.

Desse modo, não podemos negar a realidade de uma parcela significativa de professores que estão trabalhando sob sentimentos de fracasso, impotência, desejo de desistir etc. (NAUJORKS, 2002), gerando em muitos casos o absenteísmo, isto é, o abandono da profissão. E, quando isso não ocorre, muitos recorrem ao uso de

medicamentos, geralmente, de forma indiscriminada, a fim de buscar aliviar o seu sofrer.

Trazemos uma definição a respeito do que entendemos por medicalização, a saber:

Processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. (...) Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. (...) A pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades (FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E DA SOCIEDADE, 2015).

Baseado nessa premissa cabe evidenciar que é possível considerar o fenômeno da medicalização como a transformação de “questões sociais, culturais e relacionais em questões de ordem médicas, individuais e patológicas” (INSFRAN; MUNIZ; ARAUJO, 2019, p. 87).

Metodologia

Primeiramente apontamos que ambas as pesquisas foram realizadas virtualmente através do Google Formulários e foram cadastradas na Plataforma Brasil, do Conselho Nacional de Saúde (Sistema CONEP/CEP). Selecionamos para este artigo somente questões idênticas (ou com informações complementares) nas duas pesquisas, para facilitar a comparação das respostas antes e durante a pandemia de Covid-19.

A primeira pesquisa, realizada entre outubro e novembro de 2019, é parte integrante de uma dissertação de mestrado. Ocorrida antes da pandemia, os procedimentos foram diferentes da segunda pesquisa. O pesquisador responsável esteve presencialmente nas escolas estaduais selecionadas para a pesquisa - na cidade de Santo Antônio de Pádua/RJ - consultando professores que desejassem participar. Obteve seus contatos de Whatsapp e enviou o questionário para um total de 80 professoras/es, dos quais 31 responderam o mesmo, permitindo construir o perfil desses

participantes e, daqueles que participaram da segunda pesquisa em 2020, serão expostas em tabela abaixo.

A segunda pesquisa foi totalmente realizada por meio de formulário online, durante o afastamento social, entre os meses de abril e maio de 2020. Foram 1906 respondentes em todo o país, mas para este artigo, foram selecionadas as respostas dos professores que atuam em cidades do Noroeste Fluminense (Miracema, Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Cambuci, Itaperuna e Natividade), mesma região onde foi realizada a pesquisa de 2019 e onde se tornam mais evidentes os impactos e peculiaridades socioeconômicas com relação ao ensino remoto e seus desdobramentos sobre o fazer pedagógico em tempos de trabalho remoto. Tivemos como participantes nesta etapa um total de 87 professoras/es. Utilizamos a ferramenta de filtros da planilha Excel (Microsoft) para selecionar somente as/os professoras/es da região escolhida, com perfil parecido aos das/dos professoras/es da primeira pesquisa, todas/os professoras/es atuam na educação básica pública.

Tabela 1 – Comparação do perfil dos participantes das duas pesquisas

	Gênero	Raça/ Etnia (auto declarada)
Pesquisa 1 (2019)	65% mulheres	81% brancas/os 19% negras/os ou pardas/os
Pesquisa 2 (2020)	81,7% mulheres	79,3% brancas/os 20,7% negras/os ou pardas/os

Tabela 2 – Faixa etária dos/as participantes

Faixa Etária	Entre 21 a 30 anos	Entre 31 a 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Mais de 50 anos
Pesquisa 1 (2019)	19,9%	16,1%	45,2%	25,8%
Pesquisa 2 (2020)	10,3%	33,3%	28,7%	27,5%

Tabela 3 – Tempo de magistério

Tempo de Magistério	Menos de 3 anos	Entre 03 e 10 anos	Entre 11 e 20 anos	Mais de 20 anos
Pesquisa 1 (2019)	0%	22,6%	38,7%	38,7%
Pesquisa 2 (2020)	6,9%	24,1%	26,4%	42,5%

As demais informações coletadas nos questionários das duas pesquisas serão apresentadas no tópico de resultados, a seguir. Trabalhamos com Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) para categorizar as questões abertas sobre a saúde e o uso de medicamentos pelos/as docentes.

Resultados

Neste tópico buscamos apresentar comparativamente os resultados das duas pesquisas, de modo a facilitar a apreensão pelo/a leitor/a, tanto destas informações quanto da análise que faremos delas na próxima sessão.

Tabela 4 – Comparaçāo da carga horária semanal dos professores

Carga horária semanal	Menos de 10 horas semanais	Entre 16 e 24 horas semanais	Entre 30 e 37 horas semanais	40 horas semanais ou mais
Pesquisa 1 (2019)	10%	23%	26%	43%
Pesquisa 2 (2020) -antes da pandemia	17%	25%	21%	39%
Pesquisa 2 (2020) - durante a pandemia	16%	20%	11%	56%

Na pesquisa de 2020, tivemos alguns/as professores/as que mencionaram estarem trabalhando muito mais após o início da pandemia, em isolamento social. Os percentuais expressam isso. Em média, o aumento de carga horária de trabalho foi de 20 horas por semana, alguns passando de 40 horas de trabalho para 60. Aqui alguns exemplos ilustram: “24 tempos antes. Agora o dobro” (Professora branca, entre 51 e 60 anos, leciona para 250 alunos da educação básica pública); “Antes: 45h, agora no mínimo umas 65 h” (Professora branca, entre 31 e 40 anos, leciona para 200 alunos da educação básica e superior pública).

Perguntamos, em ambas as pesquisas, se os/as professores/as já tinham ficado doentes em função das condições de trabalho. Na pesquisa de 2019, 81% disseram ter ficado; na pesquisa de 2020, 56,3% responderam que sim. É importante destacar que demos aos participantes, que responderam sim, a possibilidade de assinalarem mais de uma resposta.

Na pesquisa de 2019, a maioria dos/as professores/as fizeram menção ao problema de saúde que tiveram, com grande destaque para problemas de ordem emocional/ psicológica, como ansiedade (mencionada por 72% dos participantes), crise de pânico (36%) e depressão (28%). As/os professoras/es também se queixaram de problemas físicos, como distúrbios do sono (mencionado por 48% dos participantes), enxaqueca (44%) e distúrbios vocais (40%). (Se os professores assinalarem mais de um problemas, acho interessante ressaltar isso no texto.)

Na pesquisa de 2020, as/os professoras/es também mencionaram os problemas de saúde descritos acima, porém enfatizaram em suas respostas os motivos pelos quais adoeceram. Trouxemos aqui algumas respostas para apresentar esses motivos:

“Sim, tenho crises de ansiedade, TOC e depressão. Sinto que não tenho apoio de nenhum lado” (Professora branca, entre 31 e 40 anos, leciona para sete turmas da educação básica pública. Teve aumento de carga horária durante a pandemia, de 32 para 60 horas semanais).

“O estresse diário com o descaso do sistema com o profissional e o descaso dos alunos” (Professor branco, entre 41 e 50 anos, leciona

para oito turmas da educação básica pública. Manteve a mesma carga horária - 24 horas semanais - durante a pandemia).

"Adoecei psicologicamente, além das 2 matrículas, fazia mais 2 GLPs⁴, e quando tive que trabalhar com o Fundamental II, foi terrível, pois estava acostumada com alunos do Ensino Médio" (Professora branca, entre 51 e 60 anos, atuando como coordenadora pedagógica. É docente a mais de 30 anos).

Por fim, perguntamos nas duas pesquisas se as/os professoras/es fazem uso (ou já fizeram) de psicofármacos. Na pesquisa de 2019, 32% disse que sim. Na pesquisa de 2020 o percentual aumentou para 38%.

Seguimos agora para a discussão dos resultados apresentados aqui.

Discussão de resultados

Muito do que é apontado por Souza e Martins (2017) com relação aos motivos que levam os/as professores/as a adoecer foram apontados pelos/as participantes das nossas duas pesquisas. É bastante preocupante observarmos que, em uma amostra pequena de professores da região mais carente economicamente do Estado do Rio de Janeiro, tenhamos tantos relatos de sofrimento psíquico como apareceram nas falas dos/as professores/as ouvidos/as por nós. São números que gritam o desamparo e o desespero, fruto da invisibilidade em que foi posta à prova a nossa categoria.

Uma invisibilidade que vem de longe e que está intensificada nesses tempos “pandêmicos”, onde os/as últimos/as a serem ouvidos/as sobre o complicado processo de retorno presencial às aulas - em um momento em que ainda temos mais de 1000 mortos/dia pela

⁴ GLP: Gratificação por lotação prioritária. São aulas adicionais que o professor pode assumir temporariamente, ou durante todo o período letivo para suprir uma carência real de professor ou temporária devido a afastamentos de qualquer natureza. Tais aulas são pagas apenas enquanto o professor exercer a função de substituição; não entram em cômputo para aposentadoria, por exemplo, mesmo que sobre a remuneração adicional incida o percentual correspondente à previdência.

Covid-19 - são os/as professores/as, conforme denuncia Marcia Friggi (2020), do Observatório de Políticas Públicas.

Apesar de termos apenas seis meses de intervalo entre a realização da pesquisa de 2019 (outubro) e a pesquisa de 2020 (abril), a pandemia - que nos priva do convívio social, nos sobrecarrega de tarefas domésticas misturadas às profissionais e vêm ceifando vidas desde março no Brasil -, trouxe modificações profundas nas relações entre professores, alunos, famílias, além de um aumento significativo da carga horária de trabalho de muitos/as professores/as, sobretudo das mulheres.

Nossas pesquisas apontam para o aumento não só da carga horária de trabalho após o início da pandemia, mas também para um aumento significativo do percentual de professores/as que estão fazendo uso de psicofármacos. Algumas pesquisas apontam que o sofrimento psíquico decorrente da pandemia de Covid-19 pode representar uma segunda onda de estragos à nossa saúde (BIERNATH, 2020).

Consideramos que a relação entre professores e psicotrópicos em função do desenvolvimento de doenças ocupacionais tem se tornado um hábito naturalizado nos espaços escolares. Nesse sentido, muitos professores têm chegado às escolas dopados de remédios, na intenção de se livrarem de problemas como ansiedade, insônia, sendo esta uma solução imediatista e paliativa. Avaliamos assim, que o uso de medicamentos representa um suporte para professores que desejam manter suas atividades mesmo com todas as delícias e amarguras que ela dispõe.

Considerações finais

A saúde dos profissionais de educação já é tema de diversos estudos há alguns anos, devido ao grave aumento dos casos de adoecimento físico e psíquico e a relação destes sofrimentos com a precarização das condições de trabalho docente. Nossa pesquisa, assim como muitas outras realizadas com docentes, mostra que

eles/as estão conscientes da relação entre seu adoecimento e a intensificação dessa precariedade.

Não à toa surgiram neste período de quase seis meses de intensificação do sofrimento docente - via ensino remoto e suas tecnologias - algumas iniciativas de profissionais de saúde mental para apoiar professores/as, como a Plataforma de Apoio Psicológico para profissionais de educação⁵, dentre outros. São iniciativas institucionais ou de pequenos grupos de psicólogos/as que passaram a oferecer serviços de escuta e acolhimento psicológico e/ou emocional, para profissionais de educação. Esses movimentos são absolutamente empáticos e acolhedores e têm feito toda a diferença nessa realidade de crise no qual estamos vivendo, sendo um verdadeiro suspiro em meio a dor.

Destacam-se ainda as ações de mobilização em defesa dos professores realizadas por coletivos sindicais, que em geral posicionam-se contra as políticas produtivistas e adoecedoras adotadas pelas redes públicas de educação. Ações que vão desde a construção de redes de comunicação e encontros para trocas acerca das condições vividas neste momento de isolamento, passando pela socialização de normativas, resoluções e decretos que refletem na atuação diária junto às escolas.⁶ E, por mais que os sindicatos sejam uma instituição social que por natureza atua em favor das boas condições de trabalho docente, neste momento delicado para a saúde mental de muitos professores, tornam-se locais de fomento à relações permeadas por alto grau de empatia pela identificação entre os pares; reconectando o cotidiano de seus filiados com a

⁵A Plataforma de Apoio Psicológico para Profissionais da Educação é uma iniciativa da Rede de Educadores em Luta, coletivo formado por professores e professoras preocupados com uma educação emancipadora e verdadeiramente comprometida com a igualdade social. Recebe apoio institucional da ADUNICAMP (Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas). Disponível em <https://www.apoiopsicoeducacao.bonde.org/> Acessado em 27 ago 2020.

⁶Ações que vêm sendo desenvolvidas pela regional Noroeste Fluminense do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro). Mais informações em: <http://www.seperj.org.br/>

lembrança do caráter afetivo que constitui a educação, seja pela prática do debate e da escuta, seja pelas ações de proteção à vida, quando agem para evitar a reabertura prematura das escolas, que neste momento produziria ainda mais sofrimento.

Desta forma, acreditamos na articulação coletiva da categoria como uma saída para romper com a realidade de adoecimentos e medicalização tão recorrente na carreira docente, conforme pudemos apontar em ambas as pesquisas. Nesse sentido, nos posicionamos a favor da luta coletiva, pois entendemos que essa é a única alternativa de transformação da realidade social. E é amparado nessa perspectiva, que consideramos fundamental o papel dos sindicatos, na medida em que lutam pela valorização do trabalho dos professores e pela garantia de seus direitos.

Em suma, acreditamos que toda realidade é passível de ser transformada, pois “nada deve parecer impossível de mudar”, como diz Brecht (1982). Diante de tal afirmação, nos cabe manter viva a esperança, não no sentido de esperar, mas esperança do verbo esperançar (FREIRE, 1997), que se levanta e constrói um novo futuro, respondendo às ofensivas de desvalorização da profissão com resistência, luta coletiva e transformação social.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIERNATH, A. A epidemia oculta: saúde mental na era da Covid-19. Veja Saúde. 17 mai. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/a-epidemia-oculta-saude-mental-na-era-da-covid-19/>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- BRECHT, B. Antologia poética. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5^a ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- ESQUERDA DIÁRIO. Professor suicida-se na escola: até quando? 02 set. 2019. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Professor-suicida-se-na-escola-ate-quando> Acesso em: 25 ago. 2020.
- FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

- FERNANDES, D. Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores. BBC News. 28 ago. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_o_cde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw Acesso em: 25 ago. 2020.
- FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E DA SOCIEDADE. Manifesto do Fórum sobre medicalização da Educação e da Sociedade. Disponível em: <http://medicalizacao-do-forum-sobre-medicalizacao-da-educacao-e-da-sociedade/> Acesso em: 27 ago. 2020
- FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- FRIGGI, M. A invisibilidade do magistério brasileiro no delicado processo de retorno às aulas presenciais durante a pandemia. Observatório de Políticas Públicas. 21 jul. 2020. Disponível em: <https://oppceufc.wordpress.com/2020/07/21/a-invisibilidade-do-magisterio-brasileiro-no-delicado-processo-de-retorno-as-aulas-presenciais-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- INSFRAN, F. F. N.; MUNIZ, ANA G. C. R.; ARAUJO, G. G.. Problemas de escolarização, medicalização e docência: outros olhares. PRÁXIS EDUCACIONAL (ONLINE), v. 15, p. 84-107, 2019.
- NAUJORKS, M. I. Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Cadernos de Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de educação Especial/ Laboratório de Pesquisa e Documentação (Lapedoc), v. 1, n. 20, 2002.
- RODRIGUES; CASTILHOS. 'Vamos tocar a vida', diz Bolsonaro sobre país atingir a marca de 100 mil mortos por coronavírus. G1 Globo. 06 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/06/vamos-tocar-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-pais-atingir-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus.ghtml> Acesso: 21 ago. 2020
- ROUBICEK, M. Os números que mostram o impacto da pandemia no emprego. Nexo Jornal. 28 mai. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/28/Os-n%C3%BAmeros-que-mostram-o-impacto-da-pandemia-no-emprego> Acesso: 20/08/2020.
- SOARES, V. A. B.; MARTINS, Lígia Márcia. Relações entre sofrimento/adoecimento do professor e formação docente. In: Facci, M. G. D.; Urt, S. C.. (Org.). Precarização do Trabalho, Adoecimento e Sofrimento do Professor. 01^a ed. Teresina, PI: Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI, 2017, v. 01, p. 45-72.

- TENENTE, L; FAJARDO, V. Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. G1 Globo. 22 ago. 2017 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml> Acesso em: 25 ago. 2020.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A cruel pedagogia do vírus. Amazon. 2020.
- SILVA, Marina. EJA: Escolas temem que adultos abandonem estudos após pandemia. **Notícias Concursos**, 05 jun. 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=1122731>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sônia. Considerações político-pedagógicas sobre as especificidades da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. Mesquita, RJ: I Seminário de educação de Jovens e Adultos de Mesquita (UFRRJ e SME/Mesquita), 2009.
- UNESCO. **Declaração de Hamburgo** – texto síntese. V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha, 1997.